

INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DE PROFESSORES DE ESCOLA PÚBLICA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE (RJ)¹

Luiz Armando Arouca Morais²
Katia Reis de Souza³
Gideon Borges dos Santos⁴

Resumo

O estudo teve como objetivo principal investigar as relações entre o trabalho e a saúde de professores do ensino fundamental em escola pública. A metodologia adotada foi de caráter qualitativo e exploratório. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com cinco professores. Quanto à interpretação dos materiais, utilizou-se a análise de conteúdo, mais especificamente a técnica de análise temática. No que tange aos resultados, confirmou-se a ideia segundo a qual a intensificação e a precarização social das condições do trabalho docente, em escolas públicas, passa por um processo de aprofundamento, o que gera efeitos na saúde dos professores.

Palavras-chave: trabalho docente; intensificação; precarização

Abstract

This paper aims to investigate the relationship between work and health of elementary public school teachers. The methodology was qualitative, in which five teachers were interviewed by means of individual semi-structured interviews. To analysis of the data, we used the content analysis technique, more specifically thematic analysis. It agrees with the idea that work teaching in public schools, it through of intensification and precarization process of work condition, which creates effects in health's teachers.

Keywords - teaching work; precarization; intensification

¹ DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4641>

¹ Especialista em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Ministério da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, contato: arouca.kami@gmail.com

² Doutorado em Saúde Pública, Pesquisadora do CESTE/ENSP Fundação Oswaldo Cruz, contato: katreis@ensp.fiocruz.br

³ Doutorado em Política Pública e Formação Humana, Pesquisador do CESTE/ENSP Fundação Oswaldo Cruz, contato: gidborgess@gmail.com

Introdução

A temática alusiva ao trabalho e à saúde de professores da rede pública, configura-se como uma importante matéria para as áreas da educação e da saúde coletiva, bem como para as organizações dos trabalhadores da educação (Souza, 2014; Souza, Brito, 2013; Santos, 2006; Gomes, Brito, 2006). Segundo alguns estudos, os problemas de saúde dos profissionais da educação, em escolas públicas brasileiras, se devem, principalmente, a um conjunto de fatores relacionados à intensificação e à precarização do trabalho que, além de comprometer a saúde desses profissionais, põe em risco a qualidade da educação e a finalidade do projeto da escola pública (ASSUNÇÃO, OLIVEIRA, 2009; BRITO, ATHAYDE, 2003; NEVES, SILVA, 2006).

Sabe-se que as condições de trabalho dos profissionais da educação da rede pública são adversas, muito particularmente dos docentes de escolas da periferia, que convivem com situações ainda mais especiais. Aspectos relativos à situação social das crianças e adolescentes que, insidiosamente têm reflexos no aprendizado, a falta de infraestrutura, desinvestida pelos órgãos públicos por não oferecer aos docentes condições de trabalho adequadas, são alguns exemplos (FERREIRA, 2010). Ademais, como observam Ludke e Boing (2007) deve-se ter presente que críticas externas ao sistema educacional cobram dos professores cada vez mais trabalho, como se a educação, sozinha, tivesse que resolver todos os problemas sociais.

Estudos como os de Assunção e Oliveira (2009) mostram como o professor tem experimentado frustrações diante dos desafios colocados pela situação social dos alunos, sentindo-se impossibilitado de desenvolver plenamente seu trabalho o que pode afetar, diretamente, a sua saúde mental (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Gasparini, Barreto e Assunção (2005) afirmam que os índices de afastamento de professores do trabalho, por transtornos mentais, são gerados sob condições laborais e circunstâncias às quais os docentes desgastam-se física, cognitiva e afetivamente ao exercer suas atividades no cotidiano escolar. Ouvir, intervir e conviver com os problemas dos alunos gera carga excessiva de

trabalho, que deveria ser partilhada com outros profissionais de diferentes especialidades (OLIVEIRA, 2006).

Se esses fatores podem tornar o professor um profissional insatisfeito com o seu trabalho, a alternativa, por certo, não se limitaria a melhorias das condições salariais, mas também a mudanças na organização do trabalho em escolas, diminuição da burocracia, índices de indisciplina toleráveis e, sobretudo, uma gestão escolar de caráter participativo (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

O materialismo histórico, principal corrente de pensamento que dá suporte às análises e interpretações do campo da Saúde do Trabalhador, afirma que as resistências desenvolvidas no trabalho são pontos vitais para entender como os trabalhadores enfrentam e suportam, individual e coletivamente, o processo de trabalho. Considera-se o trabalho como o espaço de dominação e submissão do trabalhador ao capital, mas também de resistência e da ação dos trabalhadores (MENDES; DIAS, 1991).

O campo da saúde do trabalhador reconhece que os trabalhadores constroem conhecimentos e saberes a respeito da relação saúde e trabalho advindos da própria experiência. A incorporação desses conhecimentos e saberes é condição para compreender os processos de trabalho e produzir mudanças na realidade frente aos problemas que afetam a saúde dos trabalhadores (ODDONE et al, 1986; GOMEZ, 2011; LACAZ, 2007).

Decerto, a intensificação e precarização das condições de trabalho dos professores de escolas públicas expressam um fenômeno de caráter macrossocial, cujas relações e contradições são geradas pelo modo de produção dominante, no contexto de reestruturação do trabalho e do modelo de gestão neoliberal (MÉSZÁROS, 2005; DRUCK, 2011). O efeito, portanto, é claramente observado não apenas na qualidade da educação, por meio das estatísticas oficiais e das condições de penúria em que muitas escolas se encontram, mas também na saúde dos professores que, diariamente, precisam se reinventar e construir formas de resistências que lhes permitam extrair algum sentido da atividade que realizam (SANTOS, 2009).

No que tange à saúde, a determinação social do processo saúde-doença é parte do contexto histórico, o que reafirma a necessidade de revisitar, a cada vez, o conhecimento acerca das relações que podem se estabelecer com o trabalho,

em seu ambiente real (LAURELL; NORIEGA, 1989). Nesse sentido, buscou-se investigar as relações entre o trabalho e a saúde dos professores de ensino fundamental, de escola pública na região da baixada fluminense, segundo a perspectiva dos próprios docentes. Pretende-se, portanto, refletir sobre aspectos contemporâneos da organização do trabalho do professor, no que se refere especialmente à precarização e intensificação, que o tem levado ao adoecimento e à desistência da profissão. Embora autores como Druck (2011) afirmem que a intensificação constitui-se como um tipo de precarização, neste estudo, esses conceitos serão tratados independentes, porém relacionados entre si, dada a importância, no plano teórico e empírico, para análise do trabalho do professor.

Caracterização do método e do campo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa social de cunho qualitativo e de caráter exploratório, cuja finalidade é proporcionar visão geral e aproximativa com o objeto de estudo, de maneira a torná-lo mais específico e explícito (GIL, 2008). Nesse sentido, objetivou-se a produção de conhecimento que representasse a perspectiva dos professores sobre as relações existentes entre trabalho e saúde, em escola pública, na região da baixada fluminense (RJ).

Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, que combina perguntas fechadas e abertas em um roteiro de questões que serve de guia aos pesquisadores. Nesse tipo de pesquisa, o entrevistado tem a possibilidade de discorrer mais livremente sobre o tema em questão, enquanto os pesquisadores não precisam se prender todo o tempo ao roteiro de perguntas (MINAYO, 2013). A ideia foi buscar durante o processo de coleta de dados uma interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados. Nas entrevistas, foi solicitado aos participantes que falassem sobre o trabalho que realizam, a participação nas decisões da gestão da escola, satisfação e mudanças necessárias à organização do trabalho escolar.

A escola está situada na região da Baixada Fluminense, periferia do Rio de Janeiro, e à época do estudo, contava com 91 professores e 1173 alunos. Adotou-se como critério de inclusão, professores que estavam ativos em sala de aula, devido à facilidade de acesso a esses docentes que foram convidados e

cinco deles se disponibilizaram a participar. A falta de tempo dos professores, pelo fato de residirem em outros municípios, foi um obstáculo à pesquisa.

Na análise dos dados utilizou-se a técnica de análise temática que, segundo Minayo (2013) é considerada a mais apropriada para investigações qualitativas em saúde. Procedeu-se, então: leitura exaustiva dos materiais advindos das transcrições das entrevistas; seleção e escolha das falas mais significativas em relação ao propósito desse estudo pela sua pertinência e relevância; classificação das falas por grupos temáticos, adotando como critério a aproximação dos significados em relação ao objetivo da pesquisa.

O estudo recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Osvaldo Cruz - Ensp/Fiocruz sob o número 30439214.8.0000.5240.

Resultados e Discussão

Ao agruparmos os excertos por significação, confirmou-se duas principais categorias temáticas de análise, quais sejam: “Intensificação e sobrecarga de trabalho” e “Precarização social do trabalho em escolas públicas”. Tendo em vista que o tema da precarização do trabalho escolar emergiu durante as entrevistas de modo recursivo e de variadas formas, optou-se pela organização da análise dos materiais dessa seção em três partes, a saber: precarização das condições de trabalho; precarização das relações de gestão escolar e mudanças coletivas; e por último, precarização do trabalho docente e saúde: sofrimento e resistência no trabalho.

Intensificação e sobrecarga do trabalho

A intensificação do trabalho, segundo Pina e Stotz (2014) “é entendida como uma dimensão social particular da exploração do trabalhador, resultado do processo histórico de obtenção de um maior *quantum* de trabalho por unidade de tempo” (PINA; STOTZ, 2014, p.159). O ponto central a ser destacado é aquele segundo o qual a intensificação do trabalho, sob o enfoque do campo da saúde do trabalhador, pode ser definida nas configurações específicas de exploração

dos trabalhadores e que levam, sobretudo, ao enfraquecimento da sua capacidade coletiva de organização para questionar os agravos à sua saúde.

Durante as entrevistas, ganhou destaque falas com queixas relacionadas à sobrecarga de trabalho, principalmente, aquelas decorrentes da superlotação das salas de aulas e da indisciplina dos alunos.

É cansativo, porque tem muito compromisso; é muito puxado, porque são muitos alunos. Você quer estudar para melhorar e você não tem disponibilidade de tempo.

Muito difícil. É que não tem tempo pra nada. Não tem tempo pra fazer nada! Só com os alunos, as turmas são enormes, entendeu? E assim, bagunceiros, a gente tem que ficar em pé o tempo inteiro, não tem outra pessoa pra ajudar, né? Na sala, no corredor... Até porque não têm funcionários suficientes para isso.

De fato, estudos como os de Santos (2006) referem-se a inúmeras adversidades enfrentadas pelos professores de escolas públicas no cotidiano de suas atividades. Para o autor, o comportamento indisciplinado dos alunos, a falta de material didático pedagógico, o cansaço ou a indisposição para ministrar as aulas, são exemplos concretos que levam o professor ao desgaste e à depreciação do processo educacional. Segundo Assunção e Oliveira (2009), as reformas educacionais e as políticas públicas de universalização do ensino fundamental suscitaram maior contingente de alunos nas escolas e maior complexidade de demandas sem, no entanto, terem sido criadas as condições necessárias para oferta de uma educação de qualidade, sobretudo, no que diz respeito aos aspectos sociais dessas demandas, resultando na sobrecarga e intensificação do trabalho docente, que provocam conseqüentemente, desgaste físico e mental do professor, levando-o ao adoecimento.

O estudo de Pina e Stotz (2014) mostra que a problemática atinente à intensificação do trabalho e à saúde do trabalhador situam-se no centro da determinação social do processo saúde-doença dos trabalhadores. De acordo com os autores, a intensificação do trabalho se expressa como uma dimensão social particular de exploração do trabalhador, que se efetiva pela expropriação do conhecimento técnico e social no processo de trabalho. Observa-se que tal conhecimento é condição básica de proteção da saúde dos trabalhadores.

[...] Então, você vê que têm crianças que têm problemas sociais. Criança que vem para escola sem um banho, sem alimentação. A roupa... você vê que tem dificuldade. Você chama, você tenta conversar dentro daquilo que eu posso.

Durante as entrevistas, verificaram-se aspectos do trabalho do professor que não são vistos como sendo parte da atividade de trabalho docente, mas que geram excedentes e sobretensão no trabalho.

Então, é excesso de papel. Burocracia pura. Porque você vai encaminhar um aluno pro NAE [núcleo de apoio ao estudante], você tem que preencher relatório, você tem que fazer entrevista, isso e aquilo. Tudo são coisas que gastam muito tempo.

Aqui o que vale é a papelada e não o que você faz, entendeu? É muito papel, uma pasta imensa, relatórios, coisas que ninguém lê. A gente escreve, escreve, escreve como uma “besta” e ninguém lê nada.

Constatou-se excesso de serviços burocráticos, contribuindo para a sobrecarga de trabalho e sofrimento do professor, o que segundo Assunção e Oliveira (2009) reflete a carência de profissionais para dar apoio administrativo aos docentes nas unidades escolares.

Precarização social do trabalho em escolas públicas

Alves (2009; 2013) afirma que a precarização do trabalho surge como um novo modo de precariedade das relações salariais e trabalhistas vigente no capitalismo global. Segundo o autor, a precarização do trabalho atinge a totalidade do viver das pessoas, suscitando incerteza e instabilidade que incluem, dentre outros aspectos, o excesso de tempo dedicado ao trabalho face ao estabelecido na legislação trabalhista, a crise de sociabilidade que dilacera os laços sociais, bem como a corrosão da autoestima do trabalhador que diz respeito ao estranhamento ou alienação pessoal e de classe.

Nessa mesma linha interpretativa, Bauman (2001) assegura que a precariedade é a marca atual de condição da vida humana. O trabalho se tornou excessivamente frágil e como resultado percebe-se, também, o enfraquecimento

e a decomposição dos laços humanos. O autor chama atenção para o aspecto imprescindível da cooperação que, apesar de não ser valorizada atualmente e ter se tornado aparentemente renegada nas relações humanas, contribui para transformação dos esforços individuais diversos em resultados produtivos coletivos, contrapondo-se à lógica competitiva e individualizante que leva à lenta desintegração da cidadania.

Ricardo Antunes (2001; 2003) desenvolve a tese de que a “classe-que-vive-do-trabalho” tem adoecido por se encontrar em situação de intensa exploração. De acordo com Ricardo Antunes (2001), num cenário de competição global, as organizações não somente se apropriam da dimensão manual do trabalho, mas também do seu caráter intelectual, como nas épocas taylorista e fordista, visto que o conhecimento do trabalhador normalmente se traduz em maior produtividade e lucro.

Precarização das condições de trabalho

Nas entrevistas, ganhou destaque a ideia da total precariedade das condições laborais, expressa, sobretudo num amplo vocabulário de sinônimos relativos à deficiência das condições de trabalho tais como “falta”, “insuficiência” e “mendicância”. Na perspectiva dos professores, a precariedade das condições de trabalho interfere na realização de um bom trabalho. Constatou-se, ainda, uma naturalização do quadro desfavorável para realizar um trabalho de boa qualidade em escolas públicas.

...E são várias coisas que acontecem que fazem igual ao que eu estou te falando: no verão, a escola quente demais, a educação física na quadra, um barulho danado (...) como você pode realizar um bom trabalho se você não tem meios pra isso?

Eu entro na minha sala de aula, eu tenho que mendigar para tirar uma, num mundo de tecnologia. Meu aluno chega na sala de aula com tablet, com isso e com aquilo e, eu, às vezes, tenho que pegar o mimeógrafo.

Porque era giz, mas nem o giz a gente tinha numa época. A gente já teve que fazer vaquinha pra comprar carga. Várias vezes. Agora que melhorou um pouco, mas muitas vezes a gente passou ali na Compactor e comprou uma caixinha de carga, porque senão você não dá aula.

De acordo com Souza (2014), as políticas educacionais a partir dos anos de 1990 resultaram em sucateamento da escola pública e precarização das relações de trabalho. Quanto ao trabalho docente, a concepção de magistério, como sacerdócio, que vem gradativamente dando lugar ao entendimento de que o professor é um trabalhador e que se reconhece como trabalhador assalariado do setor público, tendo o Estado como patrão. Existe, portanto, uma luta constante entre o professor, que resiste no cotidiano de trabalho enfrentando as precárias condições de trabalho e as políticas educacionais, que não levam em consideração as dificuldades do trabalho docente em escolas públicas.

Para Alves (2013), a precariedade das condições de trabalho suscita a degradação da vida social, desorganizando a vida pessoal, uma vez que condições precárias de trabalho implicam em vida precária (ALVES, 2013, P.174). Além disso, estudos como o de Sampaio e Marin (2004) evidenciam que as precárias condições de trabalho do professor interferem no desenvolvimento do trabalho escolar. É inegável que os baixos salários e a falta de tempo para investir em qualificação e acesso a bens culturais, como cinema e teatro, entre outros, comprometem a qualidade do trabalho docente. A precarização do trabalho do professor em escolas públicas pode ser identificada e analisada a partir de diferentes situações desfavoráveis, como: falta de material didático; pouca atenção a estrutura material da escola e ao mobiliário escolar; ausência de pausas durante a jornada de trabalho; relações hierárquicas excessivas e ausência de espaços de diálogo e de participação na escola.

A escola inchou, está inchada. Todo mundo está aqui dentro, que é o certo... Mas a qualidade caiu muito. Então, eu vejo isso pro professor, é um trabalho penoso, porque nós ficamos sem saber o que fazer.

De acordo com Sato (1995), o trabalho penoso, aqui entendido como uma das faces da precarização, ocorre em contextos de trabalho geradores de incômodo, assim como de esforço e de sofrimentos físico e mental. Verifica-se que os professores convivem com diversas limitações para o desenvolvimento de suas atividades no cotidiano escolar e isso acaba levando ao desgaste emocional,

que se manifesta com sentimentos de preocupação, frustração, angústia, ansiedade e desmotivação.

[...] complicado quando tem algum adolescente que está envolvido com droga [...] e aí ele já chega querendo mandar em você, aí é a hora que você se desgasta mais. Você tem que enfrentar aquele aluno de forma que você tem que pensar duas vezes antes de falar, porque você não sabe o que vai te esperar do lado de fora.

[...] Hoje nós temos medo, que tudo da família vem. O pai sempre vem pra questionar, pra te agredir, pra ir no conselho tutelar, pra te fazer uma denúncia. Esse atrito da escola com a família tá virando uma guerra.

Nesse ponto, devemos nos voltar para a legislação vigente no país, especificamente sobre o tema da penosidade, sinalizando para a necessidade de debate junto à categoria e suas organizações sindicais. De acordo com a Lei n.º 3.087, de 26 de agosto de 1960 da Previdência Social, a função de professor é considerada penosa e, portanto, assegura ao profissional a aposentadoria especial, ou seja, o tempo de serviço mínimo necessário para adquirir direito à aposentadoria por tempo de contribuição é diminuído em cinco anos. Os professores têm que cumprir 30 anos e as professoras tem que cumprir 25 anos.

Já a Constituição Federal de 1988 que, segundo Boskovic (2010), foi um marco no que se refere aos direitos sociais, prevê no inciso XXIII do artigo 7º o adicional por trabalho em atividades consideradas penosas, que na prática não tem sido aplicado por faltar regulamentação específica, apesar de inúmeros projetos de lei terem sido apresentados. Ao examinar o texto da lei, compreende-se a necessidade de aprofundar o debate político sobre os direitos dos profissionais da educação, mormente no que diz respeito a relação trabalho e saúde, com a realização de novos estudos que propiciem elementos para se ampliar a capacidade de luta e resistência desses trabalhadores.

Precarização das relações de gestão escolar e mudanças coletivas

Outro aspecto que sobressaiu nas entrevistas diz respeito à relação entre a gestão escolar e a saúde dos profissionais da educação. As entrevistas

evidenciaram uma estrutura organizacional hierárquica e autoritária, com pouco espaço para a colaboração e o exercício da criatividade coletiva no trabalho.

Às vezes, nós somos participados com relação a decisões que são tomadas. Outras, já vem tomadas, porque elas já vêm de uma instância maior, que são passadas pra eles e acaba sendo o cumprimento de decisões. Vai sendo uma cadeia, têm que ser cumpridas.

Nenhum professor tem participação de gestão nenhuma. Nós ainda somos mais antigos, a gente ainda tenta argumentar alguma coisa, mas decisão mesmo, a gente não participa de nada.

(...) a direção até evita de ir na sala dos professores, justamente para você não argumentar nada com ela. A gente fica solto [...] eu já trabalhei em várias escolas do município, todas agem da mesma forma. Nenhum professor participa de nada. Não tem opinião nenhuma.

Em experiência relatada por Souza e Brito (2013), a respeito da gestão do trabalho em escolas públicas, chama atenção a descrição do modo como foram implementadas formas de suporte ao professor. Segundo as autoras, o gestor escolar detinha-se na análise de questões concretas sobre o trabalho, voltando-se para o funcionamento da escola e, com isso, pôde compreender o processo de trabalho para intervir sobre o trabalho real, em conjunto com os trabalhadores. Defendeu-se a ideia segundo a qual o desenvolvimento de algumas dimensões da gestão do trabalho, que têm por base a experiência de quem vive o cotidiano dos problemas no *chão da escola*, pode suscitar novas normas construídas de forma compartilhada, produzindo resultados positivos na vida e na saúde dos trabalhadores e alunos.

(...) eu acho de fachada, hipócrita, essas eleições que chamam de eleições de direção para a escola, principalmente da Secretaria de Educação. Isso porque, primeiramente, eu acho que as direções deveriam ser menos burocráticas, as gestões deveriam ser menos burocráticas e mais pedagógicas.

De acordo com Souza e Brito (2013), a gestão que realmente valoriza os profissionais da educação, investe na criação de espaços coletivos de discussão sobre o trabalho. Para Brito e Athayde (2003) o diálogo, a confrontação de pontos de vista e a circulação de informações e ideias são fundamentais para que o

trabalho em escolas seja mais bem compreendido e não se constitua numa oposição à conquista da saúde. Trata-se de se afirmar uma tradição no campo da Saúde do Trabalhador, buscando um modo de produção de conhecimento que se efetive a partir da construção de espaço de diálogo crítico sobre o trabalho nas escolas (MARCHIORI; BARROS; OLIVEIRA, 2005).

Com efeito, verificou-se que os profissionais entrevistados sentem-se despreparados para lidar com algumas situações de trabalho e reivindicam formas de suporte de gestão de caráter psicológico e pedagógico para exercerem suas atividades.

Consoante Souza e Brito (2013) é imprescindível a criação de espaços dialógicos de reflexão coletiva nas escolas, possibilitando que se tenha realmente uma equipe docente, com projetos e soluções grupais que deem coerência, organização e sentido ao trabalho, podendo contribuir, também, para que cada professor possa encontrar apoio e saídas para muitos impasses e sofrimento vivenciados no cotidiano na sala de aula.

É você estar sozinha e não conseguir resolver o problema e não ter ninguém para te apoiar. Tudo bem, tem o orientador educacional e o orientador pedagógico, mas nem eles conseguem te ajudar, porque eles têm um monte de papel pra preencher e eles não têm tempo para estarem com você.

[...]Apoio da Secretaria de Educação, apoio da escola, da orientadora pedagógica, do orientador educacional. Pessoas que de fato ajudasse os professores e não deixassem o professor na sala resolvendo tudo. Porque você não consegue resolver todos os problemas de sala de aula; é muito complicado.

Pôde-se observar a necessidade de apoio e orientação, bem como de preparo para o atendimento às demandas escolares, de modo que o professor enfrente as dificuldades pedagógicas, psicológicas e sociais no desenvolvimento das atividades docentes, que tanto acarretam desgastes e preocupações, assim como podem suscitar sofrimento e doenças.

Contudo, defende-se que mudanças realizadas nos locais de trabalho, sob a égide da participação coletiva, carecem de articulação com os órgãos da categoria, mormente os sindicatos de classe, como o SEPE-RJ (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação), de modo a se tornarem uma luta

política na área da educação, conforme a perspectiva do campo da Saúde do Trabalhador, consoante a qual a valorização e a defesa da saúde vão depender do poder de organização política e de luta dos trabalhadores (LACAZ, 1996). Ressalta-se que, como lembra Druck (2011), a ausência de organização dos trabalhadores e de formas de luta traduzem outro tipo de precarização do trabalho.

Precarização do trabalho docente e saúde: sofrimento e resistência no trabalho

Consoante Druck (2011), o ponto referente à situação de saúde no trabalho é um importante tipo de precarização social a ser melhor compreendido.

Era como se nada fosse fazer mais efeito, que eu era incapaz. E foi aí que o médico me tirou, porque eu começava a chorar. Porque eu nem conseguia dar aula mais, de tamanho desespero. Você quer ensinar, não está achando os meios e não tem ninguém para te ajudar.

Se você deixar as crianças sozinhas na sala, também não pode, porque elas vão se matar, né? E aí o que que faz? Aí você não vai ao banheiro, você não come, você não faz nada, não pode fazer nada! O principal é ir ao banheiro, né, e beber água, aí nem isso você pode fazer.

Para Codo (1999) o desgaste emocional gerado pelo trabalho do professor, pode relacionar-se à síndrome da desistência – *burnout* -, expressão de exaustão emocional ligada ao trabalho. De acordo com o autor, trata-se da ambiguidade de sentimentos entre dor e sofrimento no trabalho. Desse modo, o professor no seu trabalho, do ponto de vista da saúde, está continuamente sob pressão e entre limites (HARVEY, 2013). Nenhuma estratégia parece inteiramente viável e, por isso, as relações sociais no trabalho envolverão, continuamente, equilíbrio e tensão.

Não estava no meu normal, muitos alunos estavam reclamando de mim, que eu estava muito agitado, gritando muito com eles[...]Ele [neurologista] chegou à conclusão que eu estava, dentre outras coisas, com depressão. Depressão, ansiedade, transtorno bipolar, uma série de coisas, provocadas principalmente pelo meu trabalho. Aí, ele me deu de imediato 30

dias, para ficar em casa, pra começar a me tratar, fazer um tratamento. [...]a psicóloga também falou outra coisa: que eu tenho a Síndrome de *Burnout*, uma doença que vários professores adquirem ao longo do tempo no magistério.

Não obstante o fato de muitos professores afastarem-se do trabalho por motivos de saúde, o estudo de Gomes e Brito (2006), realizado com professores de escola pública, mostra que alguns docentes, embora já pudessem estar aposentados, preferem manter-se trabalhando, o que deveria ser objeto de novas investigações. Decerto, o papel que o trabalho exerce na vida desses trabalhadores é um tópico a ser destacado, porquanto, embora existam muitas adversidades e excesso de atividades no trabalho do professor, constata-se seu comprometimento em manter-se ativo no trabalho. Por outro lado, deve-se estar atento aos custos dessa escolha para a saúde, podendo resultar em adoecimento psicossomático, quando os professores não encontram motivação ou sentido na realização de suas atividades.

Eu já tive gosto pelo que eu realizava, eu hoje não tenho praticamente gosto nenhum. Muitas vezes eu vou para escola forçado, porque a escola é barulhenta, porque não tem ventilador, os alunos não querem estudar. Muitas vezes os pais não te dão apoio.

Embora paradoxais, as atividades docentes são reconhecidamente capazes de permitir sofrimento na mesma proporção em que conferem satisfação aos professores. Neves e Silva (2006) concluem que o prazer no trabalho não está relacionado à ausência de sofrimento, já que consideram que são sentimentos que podem coexistir, na medida em que tanto um pode se transformar no outro, quanto podem existir simultaneamente. Se os objetivos educacionais propostos são alcançados, os professores experimentam o sentimento de prazer, isto é, sentem-se realizados ao constatar que o aluno progrediu, aprendeu o conteúdo e os valores ensinados em sala de aula.

Quando um aluno aprende a ler, a escrever, quando ele dá um retorno pra você [...] isso, enquanto professora, é uma coisa que me satisfaz muito.

Ser um canal de despertar conhecimento, se apropriar de toda essa cultura que a humanidade já produziu, essa cultura letrada, porque eu acho que a educação não deve servir só de fator econômico, pra melhorar a economia de um país. A educação, ela vem pra te embelezar. O ser humano fica mais bonito quando ele sabe mais.

De acordo com Garcia (1989), quando não existem as condições objetivas e subjetivas para que o trabalho seja estímulo das potencialidades, este pode converte-se em doenças. Todavia, o trabalhador é considerado sujeito ativo de transformação, não sendo passivo ante as adversidades e sofrimento decorrentes da organização do trabalho. Nessa linha de interpretação, compreende-se que os docentes buscam alternativas para amenizar o sofrimento e o desgaste físico e mental.

Eu aprendi a me isolar mesmo. De não aceitar... Só que assim, foi todo um preparatório, né? Fui ao psicólogo, fui ao psiquiatra, então pra aprender a encarar isso como não sendo um problema meu. Não vou resolver os problemas do mundo. Então, o que que eu faço? eu separo esse material? Esse material eu vou trabalhar, trabalhei. Teve alcance? Não sei. Então, se alcançou os objetivos daquela aula, bom. Se não alcançou, o que que eu posso fazer?

[...] eu preciso falar primeiro a questão espiritual. Eu sou protestante. Em primeiro lugar eu conto muito com a ajuda de Deus.

Segundo Santos (2006), frequentemente os professores demonstram um sinal de responsabilidade, de resistência e de criatividade ao transformar a adversidade em possibilidades de aprendizagens.

Faço tudo com calma pra fazer bem feito. E a sala de aula? Eu procuro tentar levar, né? Eu sei que não é como eu gostaria, isso acaba me deixando mal, piora minha doença, mas eu procuro tentar dar minha aula da melhor maneira possível.

Aí tem que fazer né? Vai ficando adestrada, no ano seguinte você já faz sem ter que te pedirem. E aí vai indo. Aí você escuta comentários, e já faz porque sabe no que que vai dar. E aí vai, entendeu? Porque tem que aparecer o bonito, o feio não pode aparecer.

Barros, Marchiori e Oliveira (2005, p.155) verificaram que os docentes veem-se constantemente imersos em um conflito cotidiano entre “o que é exigido, o que desejam e o que realmente é possível fazer” diante dos obstáculos, das condições e da organização atual do trabalho na educação. Em termos concretos, a questão da saúde dos professores não se constitui como problema individual e não deve ser tratada pelo prisma único de abordagens de caráter estritamente biomédicas, já que conforma-se, seguramente, como um problema de saúde pública que vem se aprofundando, o que demanda mudanças sob a perspectiva do debate coletivo dos trabalhadores.

Considerações finais

Diante do atual cenário social e econômico e das exigências de ensino, são diversos os fatores que afetam a saúde do professor. Tais fatores justificam a construção de políticas de saúde voltadas para o trabalho em escolas.

De acordo com as falas dos professores, constatou-se na escola investigada a precarização do trabalho por meio de condições inadequadas do ambiente físico, falta de material para desenvolver as atividades docentes, bem como a intensificação do trabalho, com horários que extrapolam o expediente e invadem o tempo que deveria ser reservado ao descanso e lazer. Tratam-se de fatores que ameaçam o sentido da escola e do trabalho docente.

Os professores entrevistados também demonstraram insatisfação com a falta de participação no processo decisório da escola. Ademais, sentem-se pressionados pela gestão e secretaria de educação diante do insucesso dos resultados obtidos.

Convém lembrar ainda que o professor sente-se frustrado diante dos desafios colocados pela situação social dos alunos e pela impossibilidade de desenvolver plenamente seu trabalho. Sabe-se que mudanças não são tão simples. Contudo, os professores reivindicam formas de suporte de gestão, de caráter coletivo, como a criação de espaços participativos nas escolas para se dialogar a respeito do trabalho e encontrarem saídas para que se mitiguem

aspectos da organização do trabalho do professor que leva ao adoecimento e a desistência da profissão.

Referências

ALVES, Giovanni. *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*, Bauru: Canal 6, 2013.

_____. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. *Rev. Katálysis*, Santa Catarina, vol.12, n.2, 2009. p. 188-197.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e Precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio, organizadores. *A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001. Cap 2, p. 35- 48.

_____. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. *Rev. Educação, Saúde e Trabalho*, Rio de Janeiro, v 1, n. 2, 2003. p.53-61.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educ. Soc.*, Campinas, vol 30, n. 107, p. 349-372, 2009.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSKOVIC, Alessandra Barichelo. *O Adicional de penosidade: um vazio jurídico*. 2010. Disponível em <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3150.pdf>. Acesso em 25/11/2014

BRITO, Jussara; ATHAYDE, Milton. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.239-266, 2003.

CODO, Wanderley. *Educação: carinho e trabalho – burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DRUCK, Graça. Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios? *Cadernos CRH*, Salvador, v.24, n. Special 01, p. 37-57, 2011.

FERREIRA, Leda Leal. *Relações entre o trabalho e a saúde de professores na educação básica no Brasil*. Fundacentro, 2010. Disponível em https://fasul.edu.br/portal/files/biblioteca_virtual/7/relaciestrabalho.pdf. Acesso em 02/11/2016.

GARCÍA, J. C. A articulação da medicina e da educação na estrutura social. In: Nunes, Everardo Duarte, org. *Juan César Garcia: pensamento social em saúde na América Latina*. São Paulo, Cortez, 1989. p. 189-232.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n.2, p.189-199, 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Luciana; BRITO, Jussara Cruz. Desafios e possibilidades ao trabalho docente e à sua relação com a saúde. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 49-62, 2006.

GOMEZ, Carlos Minayo. Campo da saúde do trabalhador: trajetória, configuração, e transformação. In: MINAYO-GOMES, C. et al. *Saúde do trabalhador na sociedade Brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011.

HARVEY, David. *Os limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, Abril 2007.

_____. *Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical*. Tese de doutorado apresentada na área de saúde coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1996.

LAURELL, A. C; NORIEGA, M. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.

LÜDKE, Hermengarda Alves Ludke Menga; BOING, Luiz Alberto . O trabalho docente nas páginas de Educação & Sociedade em seus (quase) 100 números. *Educ.Soc.*, Campinas, v. 28, p. 1179-1201, 2007.

MARCHIORI, Flávia; BARROS, Maria Elizabeth Barros de Barros; OLIVEIRA, Sonia Pinto. Atividade de trabalho e saúde dos professores: o programa de formação como estratégia de intervenção nas escolas. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 143-170, 2005.

MENDES, René e DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Rev. Saúde Pública*, vol.25 no.5 . São Paulo. Outubro 1991.

MÉSZÁROS, Istvan. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

NEVES, Mary Yale Rodrigues; SILVA, Edith Seligmann. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 6, n. 1, p. 63-75, 2006.

ODDONE, I. et al. *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 44, p. 209-227, 2006.

PINA, José Augusto; STOTZ, Eduardo Navarro. Intensificação do trabalho e saúde: uma abordagem teórica. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 39, p. 150-160, 2014.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira, "Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225, 2004.

SANTOS, G. B. As estratégias de fuga e enfrentamento frente às adversidades do trabalho docente. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 128-133, 2006.

SATO, Leny Indefinição penosa. *Revista Proteção*, n.47, p. 31-31, 1995.

SOUZA, Katia Reis. Mudanças necessárias no trabalho em escolas: a visão dos profissionais da educação e o enfoque da saúde do trabalhador. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, vol.30 n.3., p. 291-313, 2014.

_____ ; BRITO, Jussara Cruz. Gestão do trabalho, educação e saúde: análise de uma experiência de mudança em escola pública. *Educ. Soc.*, Campinas, vol.34, n.122, p. 267-283, 2013.

Recebido em: 29 de maio de 2017.

Aprovado em: 17 de março de 2018.

Publicado em: 13 de junho de 2018.